



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO XXIV PALMAS, QUINTA-FEIRA, 29 DE AGOSTO DE 2013

Nº 2046



MESA DIRETORA

Presidente: Dep. Sandoval Cardoso

1º Vice-Presidente: Dep. Osires Damaso

2º Vice-Presidente: Dep. Eduardo do Dertins

1º Secretário: Dep. José Geraldo

2º Secretário: Dep. Toinho Andrade

3º Secretário: Dep. Iderval Silva

4º Secretário: Dep. Josi Nunes

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO

Comissões Permanentes

Local das Reuniões: Plenarinho

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Reunião às quartas-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): Amélio Cayres (**pres**), Osires Damaso (**vice**), Eduardo do Dertins, Eli Borges, Zé Roberto

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Vilmar do Detran, José Bonifácio, Amália Santana, Wanderlei Barbosa, Raimundo Moreira.

Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle.

Reunião às terças-feiras, 14h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: José Augusto (**pres**), José Bonifácio (**vice**), Amália Santana, Raimundo Palito, Freire Júnior.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Iderval Silva, Stalin Bucar, Zé Roberto, Eduardo do Dertins, Raimundo Moreira.

Comissão de Desenvolvimento Rural, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia e Economia.

Reunião às terças-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: Zé Roberto (**pres**), Vilmar do Detran (**vice**), José Bonifácio, Manoel Queiroz, Osires Damaso.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): José Augusto, Stalin Bucar, Amália Santana, Sargento Aragão, Marcello Lelis.

Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público.

Reunião às terças-feiras, 14h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): Marcello Lelis (**pres**), Luana Ribeiro (**vice**), Eduardo do Dertins, Iderval Silva, Solange Duailibe.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Vilmar do Detran, Stalin Bucar, Amália Santana, Sargento Aragão, Freire Júnior.

Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Reunião às quartas-feiras, 14h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): Wanderlei Barbosa (**pres**), Josi Nunes (**vice**), Luana Ribeiro, Zé Roberto, Raimundo Moreira.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Iderval Silva, Amélio Cayres, Solange Duailibe, Raimundo Palito, Marcello Lelis.

Comissão de Cidadania e Direitos Humanos.

Reunião às quartas-feiras, 17h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: Stalin Bucar (**pres**), Amália Santana (**vice**), José Augusto, Raimundo Palito, Freire Júnior.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Eli Borges, Amélio Cayres, Zé Roberto, Manoel Queiroz, Raimundo Moreira.

Comissão de Saúde, Meio Ambiente e Turismo.

Reunião às quintas-feiras, 15h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): Eli Borges (**pres**), Marcello Lelis (**vice**), Stalin Bucar, Solange Duailibe, Raimundo Palito.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): José Augusto, Luana Ribeiro, Zé Roberto, Sargento Aragão, Osires Damaso.

Comissão de Segurança Pública

Reunião às quintas-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: Sargento Aragão (**pres**), José Bonifácio (**vice**), Iderval Silva, Zé Roberto, Osires Damaso,

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: José Augusto, Stalin Bucar, Solange Duailibe, Wanderlei Barbosa, Freire Júnior.

Comissão de Acompanhamento e Estudos de Políticas Públicas para a Juventude.

Reunião às quintas-feiras, 16h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): Marcello Lelis (**pres**), Solange Duailibe (**vice**), Amélio Cayres, Sargento Aragão, José Augusto.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Iderval Silva, José Bonifácio, Amália Santana, Manoel Queiroz, Freire Júnior.

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Reunião às quintas-feiras, 17h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): Amália Santana (**pres**), Luana Ribeiro (**vice**), Josi Nunes, Manoel Queiroz, Freire Júnior.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Vilmar do Detran, Amélio Cayres, Solange Duailibe, Wanderlei Barbosa, Osires Damaso.

Comissão de Minas e Energia

Reunião às terças-feiras, 16h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: Vilmar do Detran (**pres**), Raimundo Moreira (**vice**), Stalin Bucar, Amália Santana, Sargento Aragão.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Josi Nunes, José Bonifácio, Zé Roberto, Eduardo do Dertins, Osires Damaso.

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

Responsável: Diretoria de Área Legislativa
Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da Diretoria de Taquigrafia e Documentação
Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO
CEP 77003-905

Atos Legislativos

PROJETO DE LEI Nº 91/2013

Fixa o subsídio de membros do Poder Executivo que especifica.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º São fixados, nos valores que seguem, os seguintes subsídios do:

I – Governador do Estado, em R\$ 18.087,75;

II – Vice-Governador do Estado, em R\$ 15.434,40;

III – Secretário de Estado, em R\$ 13.500,00.

Parágrafo único. Observado o disposto nos incisos XI e XV do art. 37, da Constituição Federal, para fins de fixação de teto remuneratório estadual é considerado o valor do subsídio de que dispõe o art. 10, da Lei 2.545, de 21 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Apresento para apreciação de nossos Nobres Pares, o incluso Projeto de Lei que fixa novos subsídios para Suas Excelências os Senhores Governador e Vice-Governador do Estado, bem assim, para os Senhores Secretários de Estado, posto tratar-se de matéria de iniciativa exclusiva desta Casa Legislativa.

De há muito tempo, Senhor Presidente, vimos observando os esforços do Chefe do Poder Executivo em trazer as despesas com pessoal para parâmetros legais alinhados com as atuais possibilidades orçamentárias do Estado.

Entre tantas outras, nesses 30 meses de gestão do Governo Siqueira Campos, foram adotadas as seguintes providências:

I – redução de 21.327 cargos em comissão providos (38,26% da força de trabalho), em dezembro de 2010, para atuais 3.963 em junho de 2013 (5,04% da força de trabalho), e, desses, 1.493 cargos comissionados são ocupados por servidores efetivos (65,44% - índice inédito em toda a história do Tocantins);

II – posse para 3.439 servidores efetivos, aumentando de 58,35% para 70,12% a força de trabalho desse tipo de servidor, (observe-se que os custos com pessoal efetivo são menores do que com pessoal temporário, já que os primeiros são segurados do Regime Próprio de Previdência Social – IGEPREV, e os demais são segurados do Regime Geral – INSS).

Também são notórias as ações adotadas, e o esforço praticado, pelo Executivo, em garantir aos servidores efetivos as justas conquistas e benefícios legais conseguidos ao longo do tempo, muito embora essas conquistas e esses benefícios tenham sido concedidos de forma totalmente desprovida de critérios técnicos, sem que se tenha feito qualquer estudo da possibilidade da correspondente sustentabilidade.

Não se pode deixar de ressaltar que nada menos do que 23 Projetos de Lei, fazendo concessões aos servidores públicos, foram submetidos a este Parlamento entre 2009 e 2010, o que de plano, já em julho de 2011, significou a incorporação de mais de 400 milhões de reais à folha de pagamento do pessoal do Executivo, fazendo crescer, a partir de 2009, em 62,27% as

despesas de pessoal, sem apontar a correspondente fonte de custeio.

O cenário é agravado ao se verificar que em 2013 a frustração da receita do Estado ultrapassou a casa dos 300 milhões de reais, e, já neste ano, essa mesma frustração chega à casa dos 80 milhões de reais.

Resultado de todas essas circunstâncias, como não poderia deixar de ser, é o Poder Executivo ter ultrapassado, no primeiro quadrimestre de 2013, o índice estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, para as despesas de pessoal em relação à Receita Corrente Líquida – RCL, chegando esse índice a 49,78% ou seja, 0,78% acima do limite legal, que é de 49% da RCL.

Observado, portanto, os artigos 169, da Constituição Federal, c/c os arts. 19, II, 20, II, “c”, e 23, da LRF, cumpre ao Executivo reduzir, já no quadrimestre seguinte àquele em que o limite de 49% da RCL for ultrapassado em 1/3 o excedente, sob pena de negativação junto ao CAUC, e de ser impedido de receber transferências voluntárias da União.

No intuito de retornar aos índices de despesa de pessoal legais estabelecidos na LRF, é que todas as unidades do Poder Executivo vêm procurando reduzir em 15% suas despesas de pessoal, provocando uma redução dessas mesmas despesas da ordem de 30 milhões de reais por mês. Essa redução será alcançada com a rescisão dos contratos temporários e com a exoneração de ocupantes dos cargos de provimento em comissão.

Eis que nesse esforço de reduzir as despesas de pessoal, sacrifícios se impõem, também, aos Mandatários do Executivo, pelo que, a presente proposição estabelece em valores mais adequados e condizentes com a situação financeira e fiscal do Estado os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado, fixando-os, na conformidade do *caput* do art. 1º, em R\$ 18.875,75 (25% menor que o praticado atualmente), R\$ 15.434,40 (20% menor que o praticado atualmente) e R\$ 13.500,00 (10% menor que o praticado atualmente), respectivamente.

Tem-se conhecimento também, Senhor Presidente, que tramita por esta Casa outro Projeto de Lei, de autoria do Senhor Governador do Estado que, à semelhança deste, traz adequação dos subsídios dos demais membros do Poder Executivo (subsecretários, superintendentes, Comandante da Polícia Militar e Comandante do Corpo de Bombeiros Militar, Presidentes de unidades da administração indireta e fundacional).

Ambas as proposições, ao lado das demais medidas administrativas adotadas pelo Executivo, têm o condão de fazer as despesas de pessoal retornarem aos índices legais e, ao mesmo tempo, evitar a negativação do Estado junto ao CAUC, a exemplo do que também fizeram o Governo do Distrito Federal e o Tribunal de Contas da União.

Esses, os motivos pelos quais, Senhor Presidente e Nobres Pares, aguarda-se a tramitação deste Projeto de Lei em regime de urgência, e, ao final, sua aprovação, já que dele não decorrerá, a teor do parágrafo único do seu art. 1º, na redução dos subsídios, da remuneração ou dos vencimentos dos servidores ou dos militares do Estado indexados ao teto remuneratório estabelecido pelo art. 37, inciso XI da Constituição da República.

Sala das Sessões, 18 de julho de 2013.

CARLÃO DA SANEATINS

Deputado Estadual

PROJETO DE LEI Nº 110/2013

Fica estabelecido que as concessionárias de veículos automotores sediadas no Estado do Tocantins plantem uma árvore para cada veículo novo vendido e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º Torna-se conduta obrigatória por parte das concessionárias de veículos sediadas no Estado do Tocantins a plantação de uma árvore para cada veículo automotor novo vendido.

Art. 2º As concessionárias de veículos devem entregar a cada 3 (três) meses um relatório para a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com o número de vendas efetuadas no período, para que, em seguida, a Secretaria informe à empresa o tipo de árvore a ser adquirida e o local de plantio, de preferência áreas de preservação permanente que estejam degradadas.

Parágrafo único. A manutenção deve ficar a cargo do poder público competente, conforme a área contemplada.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por meio das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento, podendo ser suplementadas, se necessário.

Art. 4º Competem ao Poder Executivo, por meio do seu órgão competente, as ações de divulgação e fiscalização do cumprimento do que estabelece esta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor após sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei, como a própria ementa já indica, vem ao encontro dos anseios da sociedade no tocante à preservação do meio ambiente e recuperação de áreas degradadas, visando que o ser humano possa ter uma vida melhor e mais saudável e um meio ambiente equilibrado.

Como já sabemos, os carros, caminhões e motos vendidos emitem muitos poluentes ao ar. Então, nada mais justo que os responsáveis por estas vendas ajudem com ações positivas no sentido de compensar com a colocação de milhares de veículos nas ruas, com plantação de árvores, principalmente em áreas degradadas e que precisam ser recuperadas.

Esta iniciativa, que já foi implantada em vários outros Estados, vai ajudar como medida compensatória pela emissão dos poluentes lançados na atmosfera pelos veículos automotores.

A idéia, com esta Lei, é também chamar a atenção dos motoristas em relação ao quanto é importante saber utilizar melhor seus veículos, e conseqüentemente, ajudarem neste tema tão relevante e indispensável para nossa vida.

Ante o exposto, aguardo o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da iniciativa legislativa ora submetida à apreciação do Parlamento.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 2013.

SOLANGEDUAILIBE
Deputada Estadual

ATAS DAS COMISSÕES

**COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

7ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATADA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

EM 7 DE JULHO DE 2013

Às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, do dia sete de agosto de dois mil e treze, reuniu-se a Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: José Augusto, José Bonifácio, Amália Santana, Freire Júnior, Iderval Silva e Carlão da Saneatins. Estava ausente o Senhor Deputado Raimundo Palito. O Senhor Presidente, Deputado José Augusto, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores que, lidas e aprovadas foram subscritas pelos membros presentes. Não havendo Expediente passou-se à Distribuição de Matérias. A Senhora Deputada Amália Santana foi nomeada relatora do Processo número, 352/2013. Na Devolução de Matérias, o Senhor Deputado Freire Júnior devolveu o Processo número 324/2013. Em seguida, o Senhor Presidente José Augusto suspendeu a Reunião às dezesseis horas e cinquenta e dois minutos, que foi reiniciada às dezesseis horas e cinquenta e sete minutos. Na Ordem do Dia, após a leitura do parecer do relator do Processo acima mencionado, o Senhor Deputado José Augusto, avocou a vista do Processo número 324/2013, pelo prazo regimental. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Reunião convocando Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

**COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

7ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATADA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

EM 13 DE AGOSTO DE 2013

Às dezesseis horas, do dia treze de agosto de dois mil e treze, reuniu-se a Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Amália Santana e Carlão da Saneatins. Estavam ausentes os Senhores Deputados: José Augusto, José Bonifácio, Raimundo Palito e Freire Júnior. A Senhora Presidente, Deputada Amália Santana, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior que, com aquiescência dos membros presentes foi transferida para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente passou-se à Distribuição de Matérias. A Senhora Deputada Amália Santana foi nomeada relatora dos Processos números 381/2013 e 387/2013. Não havendo Devolução de Matérias, nem Ordem do Dia a ser deliberada, a Senhora Presidente encerrou a Reunião, convocando Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

**COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE****7ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA****ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA****EM 15 DE AGOSTO DE 2013**

Às quinze horas e quarenta e um minutos, do dia quinze de agosto de dois mil e treze, reuniu-se a Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: José Augusto, Amália Santana, Raimundo Palito, Freire Júnior e Zé Roberto. Estava ausente o Senhor Deputado José Bonifácio. Fizeram-se presentes à Reunião os Senhores Deputados: Sargento Aragão e Manoel Queiroz. O Senhor Presidente, Deputado José Augusto, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior que, com aquiescência dos membros presentes foi transferida para a Reunião subsequente. O Senhor Presidente convidou o Senhor Deputado Freire Júnior para secretariar os trabalhos da Mesa. No Expediente, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário, que procedesse a leitura do Ofício número 40/2013, de 07 de agosto de 2013, de autoria do Senhor ex-Governador, Marcelo de Carvalho Miranda, em resposta ao convite Ofício nº 40/2013, formulado pelo Presidente da Comissão de Finanças, Deputado José Augusto, para que estivesse presente na Reunião da Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, no dia 15 de agosto, do corrente às quinze horas e trinta minutos. Venho informar que já havia agendado outro compromisso, mais precisamente em Natividade (Bonfim). Outrossim, ratifico integralmente a defesa escrita apresentada anteriormente, na qual indico de forma pormenorizada as justificativas para as supostas irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, que, de forma alguma, poderia ensejar a desaprovação das contas relativas ao exercício de 2009. Em seguida, o Senhor Presidente convidou o Senhor Ex-Governador Carlos Henrique Gaguim para compor a Mesa. Logo após, o Senhor Presidente, José Augusto, concedeu o tempo para defesa oral ao Senhor Ex-Governador, Carlos Henrique Gaguim, em respeito ao contraditório e à ampla defesa, em conformidade com o disposto no art. 5º, inciso 55 da Constituição Federal de 1988. Fizeram uso da palavra para os questionamentos, os Senhores Deputados: Sargento Aragão, Zé Roberto, Amália Santana, Manoel Queiroz e Freire Júnior. Após as considerações finais, o Senhor Presidente suspendeu a Reunião por dois minutos, às dezessete horas e vinte e seis minutos, sendo reiniciada às dezessete horas e trinta minutos. Não havendo Distribuição de Matérias, passou-se à Devolução de Matérias. O Senhor Presidente, Deputado José Augusto, devolveu os Processos números: 726/2011, que apresenta o Balanço Geral do Estado, referente ao exercício de dois mil e nove e, 551/2012, que apresenta Balanço Geral, referentes às Contas Consolidadas do Governo do Estado, exercício dois mil e dez. Na Ordem do Dia, foram lidos e aprovados os Pareceres dos Processos acima mencionados, os quais foram encaminhados ao Plenário para deliberação. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião convocando Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA
DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO
URBANO E SERVIÇO PÚBLICO****7ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA****ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA****EM 7 DE JULHO DE 2013**

Às dezoito horas e trinta e quatro minutos, do dia sete de agosto de dois mil e treze, reuniu-se a Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Iderval Silva, Marcello Lelis e Amália Santana. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Eduardo do Dertins, Solange Duailibe e Luana Ribeiro. O Senhor Presidente Deputado Marcello Lelis declarou aberta a Reunião e solicitou ao Senhor Secretário que informasse os números das Atas das Reuniões anteriores que, lidas e aprovadas, foram subscritas pelos membros presentes. No Expediente, foi lido o Requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Sargento Aragão, em que requer a apreciação da sugestão de convocação do Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins-IGEPREV, Senhor Rogério Vilas Boas Teixeira de Carvalho, para comparecer perante a Comissão de Administração, Transportes e Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, a fim de prestar informações acerca da Liquidação Extrajudicial da Empresa Diferencial Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, da existência ou não de prejuízos aos servidores ativos, inativos, pensionistas e aposentados do Estado e ao próprio órgão. Em seguida, passou-se à Distribuição de Matérias. O Senhor Deputado Iderval Silva foi nomeado relator do Processo número 125/2012. Não havendo Devolução de Matéria e Ordem do Dia a serem deliberadas, o Senhor Presidente encerrou a Reunião, convocando outra para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA
DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO
URBANO E SERVIÇO PÚBLICO****7ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA****ATA DA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA****EM 7 DE AGOSTO DE 2013**

Às dezoito horas e cinquenta e cinco minutos, do dia sete de agosto de dois mil e treze, reuniu-se a Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Iderval Silva, Marcello Lelis e Amália Santana. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Eduardo do Dertins, Luana Ribeiro e Solange Duailibe. O Senhor Presidente, Deputado Marcello Lelis, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior que, com aquiescência dos membros presentes, foi transferida para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente e Distribuição de Matérias, passou-se à Devolução de Matérias. O Senhor Deputado Iderval Silva devolveu o Processo número, 125/2013. Na Ordem do Dia, foi lido e aprovado o parecer do relator referente ao Processo acima mencionado, o qual foi encaminhado ao Plenário. Em seguida, o Senhor Presidente colocou em deliberação o Requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Sargento Aragão, na Reunião

anterior, em que requer a apreciação da sugestão de convocação do Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins-IGEPREV, Senhor Rogério Vilas Boas Teixeira de Carvalho, para comparecer perante a Comissão de Administração, Transportes e Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, a fim de prestar informações acerca da Liquidação Extrajudicial da Empresa Diferencial Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, da existência ou não de prejuízos aos servidores ativos, inativos, pensionistas e aposentados do Estado e ao próprio órgão, o qual foi aprovado e encaminhado à Secretaria para providenciar. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Reunião, convocando outra para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE SAÚDE, MEIO AMBIENTE E TURISMO

7ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATADA NONA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

EM 20 DE AGOSTO DE 2013

Às quinze horas e vinte e seis minutos, do dia vinte de agosto de dois mil e treze, reuniu-se a Comissão de Saúde Meio Ambiente e Turismo, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Eli Borges, Stalin Bucar e Zé Roberto. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Raimundo Palito, Solange Duailibe e Marcello Lelis. O Senhor Presidente, Deputado Eli Borges, declarou aberta a Reunião e solicitou ao Senhor Secretário que informasse o número da Ata da Reunião anterior que, com aquiescência dos membros presentes, foi transferida para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente, Distribuição de Matérias e Devolução de Matéria, passou-se à Ordem do Dia. O Senhor Presidente colocou em deliberação o Requerimento número 895/2013, de sua autoria, em que requer, em regime de urgência, após apreciação da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, ouvir os seus membros sobre a realização de Audiência Pública em Araguaína para debater a proposta de federalização do HDT – Hospital de Doenças Tropicais de Araguaína e do Instituto de Pesquisa de Doenças Tropicais de Araguaína, e que sejam convidados os representantes do Estado e dos Municípios ligados ao tema, o qual aprovado foi encaminhado à Secretaria para providenciar. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião, convocando Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que será assinada e publicada.

REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

7ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATADA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

EM 7 DE AGOSTO DE 2013

Às oito horas, do dia sete de agosto de dois mil e treze, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Eli Borges, Amélio Cayres, José Bonifácio e Carlão da Saneatins. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Zé Roberto, Eduardo do Dertins e Osires Damaso. O Senhor Presidente, Deputado Amélio Cayres, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores que, lidas e aprovadas foram subscritas pelos membros presentes. Não havendo Expediente, passou-se à Distribuição de Matérias. Foram nomeados relatores os Senhores Deputados: Eli Borges, Processo número 788/2011; José Bonifácio, Processos números 364/2013,

378/2013 e 387/2013; Eduardo do Dertins, Processos números 125/2012 e 380/2013; Carlão da Saneatins, Processos números 381/2013 e 388/2013; e Amélio Cayres, Processo número 385/2013. Não havendo Devolução de Matérias e Ordem do Dia a serem deliberadas, o Senhor Presidente encerrou a Reunião, convocando Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que será assinada e publicada.

REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

7ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATADA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

EM 7 DE AGOSTO DE 2013

Às dezessete horas e dois minutos, do dia sete de agosto de dois mil e treze, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Eli Borges, Amélio Cayres, Zé Roberto, Eduardo do Dertins, José Bonifácio e Carlão da Saneatins. Estava ausente o Senhor Deputado Osires Damaso. O Senhor Presidente, Deputado Amélio Cayres, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior que, com aquiescência dos membros presentes, foi transferida para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente e Distribuição de Matérias, passou-se à Devolução de Matérias. Foram devolvidos o Processo número 125/2012, Deputado Eduardo do Dertins; Processos números, 378/2013 e 385/2013, Deputado Amélio Cayres; 387/2013, Deputado José Bonifácio; 381/2013 e 388/2013, Deputado Carlão da Saneatins. Na Ordem do Dia foram lidos e aprovados os pareceres dos Processos números: 388/2013, o qual foi encaminhado ao Plenário para deliberação; e 381/2013 e 387/2013, aprovados na Comissão de Constituição, Justiça e Redação e encaminhados à Comissão de Finanças, Tributação Fiscalização e Controle. O Senhor Presidente Deputado Amélio Cayres concedeu vistas dos Processos números: 378/2013 e 385/2013, ao Senhor Deputado Zé Roberto. O Senhor Presidente suspendeu a Reunião, conforme solicitação do Senhor Deputado Zé Roberto, às dezessete horas e cinco minutos, sendo reiniciada às dezessete horas e vinte minutos. No ato da deliberação do Processo número 125/2012, o Senhor Presidente concedeu vista do Processo em referência ao Senhor Deputado Zé Roberto, que solicitou ao Senhor Presidente a suspensão da Reunião, para que pudesse se inteirar melhor sobre autos do processo. A reunião foi reiniciada às dezessete horas e cinquenta minutos e, em seguida, o Senhor Deputado Zé Roberto devolveu o pedido de vista do Processo acima mencionado e, logo após o Senhor Presidente colocou em deliberação o parecer do relator do Processo número 125/2012, o qual foi aprovado com uma Emenda Modificativa apresentada pelo relator Deputado Eduardo do Dertins, na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e encaminhado à Comissão de Administração, Trabalho e Defesa do Consumidor. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião, convocando Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

CI. nº /2013

Palmas, 27 de agosto de 2013.

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência a mudança do horário da Reunião Ordinária da Comissão de Desenvolvimento Rural, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia e Economia, que se reunia

às terças-feiras, às 8 horas para as quintas-feiras, às 17 horas, na sala de Reuniões do Plenarinho, a partir desta data.

Respeitosamente,

Deputado **ZÉ ROBERTO**

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Rural, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia e Economia

A Sua Excelência o Senhor

Deputado **SANDOVAL CARDOSO**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins
NESTA

TERMO DE ADJUDICAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL

Nº 021/2013

O PREGOEIRO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, CONSIDERANDO que foram realizados todos os procedimentos legais e necessários relativos ao processo acima identificado,

RESOLVE:

1 – **ADJUDICAR** o objeto do certame em favor de:

VIAGENS JOHNSON LTDA - ME, CNPJ nº 25.019.266/0001-07, no valor total estimado de R\$ 737.000,00 (setecentos e trinta e sete mil reais).

Comissão Permanente de Licitação da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, em Palmas, Capital do Estado, aos 29 dias do mês de agosto de 2013.

SENIVAN ALMEIDA DE ARRUDA

Pregoeiro

Processo nº: 00367/2013

Interessado: Diretoria de Área Administrativa

Assunto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, e serviços complementares de reserva de hotéis em âmbito nacional e internacional, para atender às necessidades da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, em deslocamentos de parlamentares e servidores a serviço e/ou para participar de conferências, seminários, cursos de aperfeiçoamentos profissionais, capacitação, bem como representar este Poder no exterior, nos termos especificados no Termo de Referência.

Modalidade: Pregão Presencial nº 021/2013

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2013

O **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, CONSIDERANDO que foram realizados todos os procedimentos legais e necessários relativos ao processo acima identificado, conforme julgamento do Pregoeiro,

RESOLVE:

1 – **HOMOLOGAR** o procedimento licitatório, realizado com base no princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, por satisfazer o interesse público e observar os demais ditames e princípios contidos na Lei nº 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e suas alterações posteriores em favor de:

VIAGENS JOHNSON LTDA - ME, CNPJ nº 25.019.266/0001-07, no valor total estimado de R\$ 737.000,00 (setecentos e trinta e sete mil reais).

À Diretoria-Geral desta Casa, para providências que se fizerem necessárias.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, Palmas, aos 29 dias do mês de agosto de 2013.

Deputado **SANDOVAL CARDOSO**

Presidente

DEPUTADOS DA 7ª LEGISLATURA

Amália Santana - PT
Amélio Cayres – PR
Carlão da Saneatins – PSDB – Suplente
Eduardo do Dertins - PPS
Eli Borges - PMDB
Freire Júnior – PSDB
Iderval Silva – PMDB
José Augusto - PMDB
José Bonifácio – PR
José Geraldo - PTB
Josi Nunes - PMDB
Luana Ribeiro - PR
Manoel Queiroz – PPS

Marcello Lelis – PV
Osires Damaso - DEM
Raimundo Moreira – PSDB – Licenciado
Raimundo Palito – PEN
Sandoval Cardoso – PSD
Sargento Aragão - PPS
Solange Duailibe - PT
Stalin Bucar - PR
Toinho Andrade - PSD
Vilmar do DETRAN - PMDB
Wanderlei Barbosa - PEN
Zé Roberto - PT



Vasos, pratinhos e plantas
que acumulam água.

É aí que mora o perigo!

Lave com escova, uma vez por semana, os pratos das plantas, encha-os de areia e não deixe acumular água. Os ovos do mosquito da dengue podem durar mais de seis meses.

Dengue

Acabe com esse perigo na sua casa.

